

A partir de 1º de janeiro de 2017, o SISCOAF estará apto a receber a Comunicação de não ocorrência/ "Declaração Negativa"

O COAF informa que, a partir de 1º de janeiro de 2017, o SISCOAF estará apto a receber a Comunicação de não ocorrência/ "Declaração Negativa" das pessoas físicas e/ou jurídicas obrigadas, referidas no artigo 9º da Lei nº 9.613, de 1998, relativa ao exercício de 2016.

A comunicação de não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas tornou-se obrigatória desde 12 de julho de 2012, por força da alteração do artigo 11, inciso III, da citada Lei.

A Comunicação de não ocorrência/ "Declaração Negativa" deve ser encaminhada, nos prazos e condições estabelecidos pelo órgão regulador de cada segmento, conforme tabela abaixo.

Atenção, esta modalidade de comunicação somente deve ser feita se a pessoa obrigada não tiver comunicado propostas, transações ou operações ao COAF, no ano de 2016.

Para os segmentos cujo canal de declaração é o SISCOAF (vide "onde declarar" na tabela abaixo), ao acessar o sistema o usuário deverá escolher a opção "Comunicação de não ocorrência".

A pessoa física ou jurídica considerada obrigada, segundo a Lei nº 9.613, de 1998, ainda não cadastrada em seu respectivo órgão regulador, deve contatá-lo para regularizar sua situação antes de solicitar a habilitação no SISCOAF.

Para outras orientações sobre a utilização do SISCOAF, [clique aqui](#)

Regulador	Setor	Regulação	Período	Prazo	Onde Declarar
BCB	Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Circular nº 3.461/2009, art. 15-A	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 10 dias úteis após o encerramento do ano civil	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
CFC	Profissionais e Organizações Contábeis, quando no exercício de suas funções	Resolução nº 1445/2013, art. 14	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	http://sistemas.cfc.org.br/Login/
COAF	Fomento comercial (factoring), securitizadora (não regulada pela CVM)	Resolução COAF nº 21/2012, art. 14	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
COAF	Comércio de joias, pedras e metais preciosos	Resolução COAF nº 23/2012, art. 11	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
COAF	Serviços de assessoria,	Resolução COAF nº 24/2013, art. 31/12/2016	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)

	consultoria, 11				
	auditoria,				
	aconselhamento				
	ou assistência,				
	exceto				
	contadores,				
	economistas e				
	corretores				
	imobiliários (não				
	submetidas à				
	regulação de				
	órgão próprio				
	regulador)				
COFECI	Pessoas físicas e	Resolução	01/01/2016 a	Até 31/01/2017	COFECI(cofeci.g
	jurídicas que	COFECI nº	31/12/2016		ov.br)
	exerçam	1.336/2014, Art.			
	atividades de	12			
	promoção				
	imobiliária ou				
	compra e venda				
	de imóveis, em				
	caráter				
	permanente ou				
	eventual, de				
	forma principal				
	ou acessória.				
COFECON	Pessoas físicas e	Resolução nº	01/01/2016 a	Até 31/01/2017	Conselho
	jurídicas	1902/2013, art.	31/12/2016		Regional de
	prestadoras de	3º, § 3º			Economia da
	serviços de				jurisdição do
	economia e				profissional ou
	finanças				da pessoa
					jurídica
CVM	Pessoas que	Instrução CVM	01/01/2016 a	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf
	tenham, em	nº 301/1999,	31/12/2016		.fazenda.gov.br)
	caráter	art. 7º A			
	permanente ou				
	eventual, como				
	atividade				
	principal ou				
	acessória, cumu				
	lativamente ou				
	não, a custódia,				
	emissão,				
	distribuição,				
	liquidação,				
	negociação,				
	intermediação,				
	consultoria ou				
	administração				
	de títulos ou				
	valores				
	mobiliários e a				
	auditoria				
	independente				

	no âmbito do mercado de valores mobiliários				
CVM	Entidades administradoras de mercados organizados	Instrução CVM nº 301/1999, art. 7º A	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
CVM	Demais pessoas sujeitas à regulação da CVM	Instrução CVM nº 301/1999, art. 7º A	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
DREI	Juntas Comerciais	Instrução Normativa nº 24/2014, art. 6º	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
IPHAN	Pessoas físicas ou jurídicas que comercializem Antiquidades e/ou Obras de Arte de Qualquer Natureza.	Portaria nº 396, de 15 de setembro de 2016, art. 9º.	01/01/2017 a 31/12/2017	Até 31/01/2018	Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiquidades – CNART, do IPHAN(www.iphan.gov.br)
PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar	Instrução nº 18/2014, art. 11, § 2º	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	PREVIC mediante envio de ofício
SEAE	Loterias	Portaria MF nº 537/2013, art. 8º E 9º	01/01/2016 a 31/12/2016	Até 31/01/2017	SISCOAF(siscoaf.fazenda.gov.br)
SUSEP	Sociedades seguradoras e de capitalização, resseguradores locais e admitidos, entidades abertas de previdência complementar	Circular nº 445/2012, art. 15	Mensal	Até o dia 20 do mês subsequente	SUSEP(susep.gov.br)

Fonte: [COAF](http://COAF.gov.br), em 20.12.2016.